



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

“Transformação prá poder existir” Uma análise sobre a presença das mulheres a partir das pesquisas desenvolvidas nos PPG em Planejamento Urbano e Regional no Brasil (2014-2018)

Autores:

Rutileia Lima Almeida - FURB e IFMA - rutigeo@ifma.edu.br

Caroline Laíza Negherbon - FURB - carolnegherbon@hotmail.com

Mariane Paduan Florsz - FURB - nina_mariane@yahoo.com.br

Leonardo Brandão - FURB - leobrandao@furb.br

Resumo:

O presente estudo investiga, a partir de teses e dissertações, a presença das mulheres nos PPGPUR do Brasil entre 2014 e 2018. Analisou-se 34 cursos vinculados à subárea de avaliação em Planejamento Urbano e Regional. Observou-se o quantitativo de trabalhos defendidos por mulheres e homens, com interesse de verificar o espaço das mulheres, enquanto produtoras do conhecimento. Identificou-se, entre 2014 e 2018, 1327 dissertações e 227 teses. Além desta parte empírica, este estudo contempla uma discussão teórica sobre a história das mulheres e desafios atuais no campo do desenvolvimento regional. Os resultados do estudo, apontam para uma insipiente produção sobre as temáticas que envolvem as questões sobre as mulheres, mas demonstram uma sensível evolução dessas pesquisas nos últimos anos. É notório a ascensão do número de pesquisadoras nessa área do conhecimento. No entanto, ainda há um espaço a ser preenchido por demandas femininas que são fundamentais na discussão da área.

“Transformação prá poder existir”

Uma análise sobre a presença das mulheres a partir das pesquisas desenvolvidas nos PPG em Planejamento Urbano e Regional no Brasil (2014-2018)

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade mostra uma evolução da participação feminina em diferentes áreas do conhecimento. De fato, as mulheres já representam o maior número de estudantes e pesquisadoras nos espaços das universidades em diversos campos da ciência. Essa evolução se deve, sobretudo, as lutas feministas a partir da década de 1960. Esses embates foram associados ao movimento contra a divisão sexual, e até sentimental, do trabalho que estabeleceu uma relação de hierarquia, poder e domínio, baseada nas relações de gênero¹. Portanto, construíram, alicerçados numa cultura de que o homem se adequava a atividades ligadas a razão e a lógica, enquanto, as mulheres, frágeis, exerceriam atividades ligadas ao sentimento, ao lar e a reprodução.

As mulheres, que ao longo da história foram invisibilizadas, subjugadas e restringidas por uma tradição que estimulava a subserviência ao sexo masculino, buscavam conquistar, aos poucos, um espaço altero que legitimasse esse gênero enquanto ser construído em bases não patriarcais. A ampliação desse espaço, se funda não apenas na divisão do trabalho, mas em romper com uma legislação, com uma educação, com uma cultura que sujeite a mulher a viver na margem da construção da sociedade e do conhecimento. Apesar da evolução e reconhecimento das mulheres no período recente, sobretudo no campo do saber, um jogo de forças ainda se desconstrói, visto que a arena acadêmica ainda absorve as novas mudanças, na medida em que novas e velhas hierarquias de poder são produzidas e reproduzidas. A área do desenvolvimento regional, considerada recente no Brasil, ainda é um território em construção, em busca de identidade e emancipação. Em vista do exposto, o estudo é orientado pelos seguintes problemas de pesquisa: existe uma representação feminina na área de desenvolvimento regional? Existem pesquisas nessa área que contemple questões sobre as mulheres?

¹ Entendemos o debate que envolve o conceito de gênero e a necessidade de desconstruir as categorias sexo, gênero e identidade. Para Judith Butler, o conceito de gênero sugere reprodução e legitimação da ordem binária masculino-feminino, submetendo a um contexto de heterossexualidade compulsória. Em outras palavras, ao tentar encaixar o indivíduo ao gênero, se reproduz mecanismos de poder que historicamente já aprisiona os sujeitos. Consideramos, portanto, novas concepções de identidade e sujeito; concepções que não implicam necessariamente em uma definição, sugerindo, assim, um não-lugar. “O não-lugar do sujeito do feminismo não o livra de ser engendrado pelos mecanismos de poder, mas permite que “ele” tenha maior liberdade de movimentos e maior potencial de resistência contra aquilo que ao tentar defini-lo, o imobiliza” (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p. 60).

Esta pesquisa tem por objetivo visualizar a evolução desses estudos, do ingresso das mulheres e da participação destas na produção junto aos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil. Para tanto, selecionamos, como base de dados da Plataforma Sucupira (CAPES/MEC), 34 cursos de Pós-Graduação na área de avaliação em Planejamento Urbano e Regional, situados na área do conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas, avaliados e reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC. A delimitação temporal foi de 2014 a 2018. Os objetivos específicos foram: (1) identificar a localização dos programas que produzem sobre a temática feminina; (2) mapear as abordagens temáticas mais recorrentes entre essas publicações; (3) perceber quantitativamente a participação das mulheres e homens nessas produções; (4) verificar a evolução dos trabalhos defendidos por mulheres e homens dentro do recorte temporal em estudo.

O artigo está dividido em três seções, a primeira com uma breve discussão sobre os movimentos e influências do feminino na contemporaneidade. Trata-se de aportes teóricos para compreender como as mulheres reivindicaram e estabeleceram seu espaço na sociedade e nas ciências. A segunda seção visa um diálogo entre desenvolvimento regional e mulheres; discussão atravessada pelas relações de poder, uma vez que se trata de um território em construção. Na terceira, apresenta-se os resultados de uma pesquisa empírica sobre a participação das mulheres nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional situados na área Planejamento Urbano e Regional. Sendo assim, a pesquisa procurou demonstrar quantitativamente a produção científica entre pesquisadoras mulheres em relação aos pesquisadores homens, por meio do mapeamento de dissertações e teses desses programas. Ademais, o estudo buscou investigar a quantidade de trabalhos produzidos com a temática feminina.

APORTES TEÓRICOS PARA COMPREENDER OS MOVIMENTOS E INFLUÊNCIAS DAS MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE

“Mil nações
Moldaram minha cara
Minha voz
Uso pra dizer o que se cala
O meu país
É meu lugar de fala”
(Elza Soares, 2018).

Buscando o significado da palavra mulher no dicionário de língua portuguesa, podemos encontrar definições como: cônjuge ou pessoa do sexo feminino com quem se tem uma relação sentimental. É notório o vínculo em relação ao outro, não no sentido relacional, ou de alteridade, mas no sentido de dependência existencial. Nesse sentido, podemos inferir que ao longo da história a mulher sofreu por não ser vista, sentida ou legitimada dentro das relações humanas enquanto ser.

Os estudos sobre as mulheres sempre estiveram vinculados aos homens, por seus olhares, discursos e ideologias. A ciência, na prática, sempre esteve ancorada nesta visão, fundamentada a partir de um paradigma genérico de homem, personificado em um ser branco, heterossexual, civilizado, economicamente desenvolvido, excluindo todos que não se adequam a esse modelo de referência (RAGO, 2000, p. 04). A invisibilidade feminina permaneceu ao longo da história, além da sua ausência nas universidades e na produção do saber. No entanto, na contemporaneidade, o ato de ignorar as questões da mulher vem se desconstruindo, trazendo à luz, outros olhares, da/para o feminino.

Em princípio, cabe ressaltar que esse movimento e interesse em torno dos temas relacionados ao feminino é recente, a atual visibilidade destes sujeitos e os assuntos que envolvem relações de gênero no âmbito acadêmico está ligada a uma história de lutas políticas e conquistas promovidas pelas mulheres. Fatores como a maior presença feminina nas universidades, nas pesquisas científicas, no mercado de trabalho, além do avanço e ampliação do embate das mulheres pela liberdade e igualdade de direitos, resultou na afirmação dos movimentos feministas durante o século XX. No entanto, para não incorrer no mesmo equívoco histórico cometido pelos homens, os estudos que contemplam as questões sobre a mulher repousam na tentativa de desnaturalizar as identidades sexuais e infere a análise relacional do movimento da diferença e da alteridade. Nessa direção, Rago (2000) admite que:

“[...] em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes.” (RAGO, 2000, p. 06)

Desse modo, precisamos considerar uma linguagem, uma narrativa que não se imponha como um ponto de vista único, sexista, universalizante, assim como foi construído pelos homens. As novas teorias e abordagens se legitimam na medida em que constroem inovações, olhares e perspectivas diferentes, mas sem sobrepor-se como única. Uma apreciação crítica sobre o que foi erigido acerca das mulheres ao longo da história, no sentido de romper com a linguagem e as imagens cristalizadas sob as necessidades do homem e na centralidade tradicional do saber de base masculina é imprescindível. Erguer novos paradigmas na ciência contemporânea em todas as áreas do conhecimento criando novas abordagens sobre o feminino se faz urgente. Há uma necessidade de fundamentar metodologicamente um novo caminho, onde o discurso não tenha apenas o homem como interlocutor majoritário.

Há que se constatar que a cultura androcêntrica invisibilizou as mulheres, tanto que as fontes documentais sobre temas relacionados a esse gênero não são fáceis de encontrar. Os registros materiais são insuficientes, existe uma limitação sobre a construção de uma verdadeira história das mulheres, estas deixaram poucos “vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas” (PERROT, 2013, p. 17). O estudo das relações entre gênero e poder demonstram uma face masculina sobreposta e mistificada sobre a égide do sexismo. A construção social contemporânea, com o próprio crescimento do feminismo,

possibilita a ampliação das interpretações que foram dadas no esteio desses argumentos sexistas. É inevitável a desconstrução/reconstrução dessas relações, desmistificando, sobretudo, a narrativa de sexo frágil, da ineficácia feminina e de uma vinculação existencial ao sexo masculino.

As mulheres foram confinadas, dentro do movimento da ciência moderna ao silêncio (voz) e a ausência (corpo) a todos os espaços, sobretudo os públicos e do saber, pois estes eram de domínio masculino. E nesse campo não existiu uma luta de forças, as mulheres, conforme Perrot (2005):

“[...] frequentemente apagam de si mesmas as marcas tênues de seus passos neste mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem. Este ato de autodestruição é também uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, feitas, como escreve Jules Simon, “para esconder sua vida”; um consentimento à negação de si que está no centro da educação feminina, religiosa ou laica, e que a escrita – assim como a leitura – contradiziam.” (PERROT, 2005, p. 37)

Entretanto, com o movimento feminista, a partir da década de 1960, se iniciou um processo de anulação dos silêncios e ausências das mulheres, nos discursos, nos espaços públicos, nos acadêmicos etc. Um território a ser construído numa arena de poder, bem como rompimento com práticas sociais postas desde a antiguidade demanda a compreensão de toda a complexidade de uma cultura calcada na subordinação feminina. Nesses termos, Tedeschi (2012) afirma que:

“A teoria feminista procura investigar a fundamentação dessa ausência. É um modo de teorização que surge com pensadoras e revolucionárias, como por exemplo, Mary Wollstonecraft, em seus *Escritos Políticos*, nos quais criticava o sexismo dos pensadores homens (como o de Rousseau), ou como Rosa de Luxemburgo com sua originalidade de pensar o socialismo alemão, e que evoluiu até meados do século XX (presentes nas concepções e práticas pedagógicas nas escolas), como teóricos que nem Simone de Beauvoir em seu *O Segundo Sexo*, alertando para o direito das mulheres na base de uma reivindicação do ser e do pensar à vida pública e ao universo do discurso e do poder.” (TEDESCHI, 2012, p. 11, grifo do autor)

As relações de poder delimitadas pelas instituições, escolas, prisões e gênero são marcadas pela disciplina, constituindo, assim, relações dualistas como opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido etc. (Foucault, 2008). Dessa maneira, ao observar que o controle e a distribuição da palavra escrita sempre estiveram sob a massiva presença do gênero masculino, sobretudo os que possuem um conhecimento mais formativo, como escritores, historiógrafos, cronistas etc., conseqüentemente suscitou num exacerbado uso e abuso do poder no campo do saber.

No livro *Um teto todo seu* de Virgínia Woolf, levanta questões sobre a ausência das mulheres na literatura. A autora questiona as condições materiais disponíveis às mulheres, pois estas teriam restrições à criatividade e à escrita. Seria necessário garantir condições mínimas de privacidade, entretanto, esse bem-estar lhes seria negado devido ao papel que ela ocupa na sociedade. A principal limitação seria a impossibilidade de emitir opiniões e liberdade para pensar. Virgínia Woolf, afirmava que até o início do século XIX, apenas a aristocracia feminina tinha a possibilidade da escrita. No entanto, a autora lembra que:

“Entre a imensa classe média, poucas mulheres alcançaram posições de destaque, e essa condição social anódina não atraía a mesma atenção que se dava aos esplendores dos ricos e às misérias dos pobres. Lá continuam elas, mesmo na primeira metade do século XIX, um vasto corpo, vivendo, casando-se, criando filhos na monótona obscuridade, até que finalmente começamos a imaginar se não havia algo na própria condição delas – a idade com que casavam, o número de filhos que tinham, a privacidade que lhes era negada, as rendas que não possuíam, as convenções que as sufocavam a educação que nunca recebiam – tão marcante que a classe média, o grande reservatório de onde extraímos nossos homens ilustres, só trouxe à cena um número singularmente reduzido de mulheres capazes de ladeá-los. [...] Escrever era a arte mais acessível, e escrever elas escreviam, mas livros profundamente influenciados de onde eram obrigadas a olhar o mundo.” (WOOLF, 2012, p. 54 – 56)

Toda invisibilidade e silêncio das mulheres na construção do conhecimento demonstra um obstáculo à democracia do saber, condiciona a sociedade a uma visão unilateral e sobretudo nos limita enquanto construção histórica. Na contemporaneidade, a busca da mulher por seu espaço, por seu olhar emancipado é realidade, na medida em que acompanha um real servilismo aos comandos masculinos. A não construção de uma memória das mulheres, num silêncio intelectual e corporal, constitutivo de uma sociedade de bases patriarcais, só vem se desfragmentando com uma busca por liberdade, inerente ao movimento feminista. Assim, a legitimação das desigualdades entre homens e mulheres foi construída também nos escritos da ciência e dos intelectuais. A superioridade masculina estava expressa e consolidada na linguagem e nos discursos. Portanto, o gênero identitário feminino, determinado no imaginário social, reconhecia a inferioridade da mulher.

Outra relevante questão diz respeito às determinações biológicas do feminino, traduzida através das concepções masculinas ao longo do tempo, sentenciadas a determinadas funções na sociedade, haja vista sua condição de fragilidade. Fundou-se através dos pontos de vista masculino, uma “natureza feminina” com funções ligadas ao lar, à maternidade e à reprodução. Esses argumentos agregam-se às práticas sociais, que passaram a estabelecer a vida das mulheres e seu papel no mundo (TODESCHI, 2012). Essas abordagens demonstram a construção de um sujeito a partir do imaginário masculino, refletido culturalmente para legitimar a submissão feminina. Nessa perspectiva, as mulheres foram consideradas seres defeituosos, com valor diminuído e inferiores aos homens e, portanto, deveriam estar subordinadas a estes. Esse determinismo se consolidou culturalmente na matriz filosófica grega, cunhada nas teorias de Platão, Aristóteles e Sócrates e alinha-se ao

discurso da moral cristã no mundo medieval, sob a égide do mito da Virgem Maria que passa a determinar uma função a mulher: a reprodução.

Como consequência da apropriação dos discursos cristãos e da Igreja forja-se uma identidade feminina baseada nas práticas religiosas, no trabalho do lar, na criação dos filhos, valorizando características comportamentais fundamentadas na submissão, no silêncio e na imobilidade em nome de uma ética católica (TODESCHI, 2012). A idiosincrasia feminina se funda desde a antiguidade na maternidade e na domesticidade, a luz de relações de poder que manifestam as desigualdades entre homens e mulheres, originadas na sujeição feminina. É cunhado, nesses termos, a mulher como um objeto, um ser incapaz e limitado. Nesse contexto, silenciadas, se apropriando de um discurso de fragilidade, dependência e incapacidade, as mulheres se excluem e são excluídas socialmente.

A ciência e a produção intelectual, culturalmente, eram um caminho a ser traçado pelo homem e considerado inadequado para o gênero feminino até início do século XX. Contudo, algumas mulheres, passam a questionar e participar do processo de produção do conhecimento, seguindo um fluxo contrário ao determinado pela sua condição de mulher. Cientistas como ²Marie Curie é uma das poucas exceções de destaque e reconhecimento. Para se ter uma ideia da presença feminina na Ciência, em um universo de quase 500 nomes premiados nas áreas das Ciências pelo prêmio Nobel, existem apenas 12 mulheres nas áreas de Física, Química, e Medicina ou Fisiologia, quase sempre prêmios compartilhados com homens (CHASSOT, 2004).

É fundamental ressaltar que essa pouca presença feminina não é uma realidade apenas nessas áreas, mas em toda a produção intelectual das academias. Os campos tradicionais do trabalho acadêmico, tais como a história, a literatura, a ciência política, a antropologia etc. também possui uma discrepância entre a presença dos gêneros feminino e masculino. No entanto, essa realidade é mais marcante nas ciências exatas. Nessas áreas, se destacam uma divisão sexual e sentimental da produção, na medida em que há uma separação dos gêneros a partir de representações simbolizadas por mente, razão e objetividade como características masculinas; e sensibilidade, vulnerabilidade e subjetividade como particularidades de natureza feminina. Nesses termos, a sumária exclusão das mulheres no empreendimento científico sempre foi recorrente, dada a sua suposta incapacidade para o raciocínio e para a lógica (KELLER, 2006).

É notório que no campo do saber, a crítica feminista se fundamenta no conjunto de valores e ideologias masculinas que permearam a produção do conhecimento, visto que ao longo da história, estiverem ligados a práticas instituídas e centralizadas numa ciência do/para o homem. Dessa forma pode se concluir que não se tratava apenas de um simples esquecimento das mulheres, mas sim de uma amnésia estratégica com a intensão de manter consolidada as estruturas patriarcais da ciência. (FOUCAULT apud RAGO, 2000). Em contraponto a esta ideologia e prática de uma identidade masculina no campo científico, um considerável grupo de pesquisadoras passam a reivindicar um lugar de influência na

² Marie Curie recebeu o Nobel de Química em 1911, por suas descobertas dos elementos rádio e polônio. No entanto, no mesmo ano, por ser mulher, a Academia de Ciências de Paris a rejeitou como sócia, após uma votação ganha por Eduard Branly com diferença de apenas um voto. (CHASSOT, 2000)

interpretação do mundo, rompendo com o que vigorava em todo período moderno: uma ciência de concepções generalizadoras, impositivas e hierarquizantes. A importância desse movimento é observada por Rago (2000):

“[...] é possível dizer que as mulheres estão construindo uma linguagem nova, criando seus argumentos a partir de suas próprias premissas [...]. Sem dúvida alguma, há um aporte feminino/ista específico, diferenciador, energizante, libertário, que rompe com um enquadramento conceitual normativo.” (RAGO, 2000, p. 12)

A busca das mulheres em torno da cientificidade do conhecimento feminino se ampara na busca por uma linguagem própria, construindo novos significados e interpretações sobre as questões do mundo. Propondo uma nova relação entre teoria e prática, com uma conexão entre sujeito e objeto, fortalecida na interação com a realidade empírica, confrontando pontos de vistas, questionando ideologias impostas, desconstruindo visões, modificando conceitos e teorias, sem uma metodologia acabada, pronta (RAGO, 2000). A intensa reivindicação das mulheres por seu espaço no campo do conhecimento científico faz parte do escopo de demandas dos movimentos feministas das últimas décadas, resultando numa maior presença nas academias e nas pesquisas. A mulher tem lutado contra sua exclusão na ciência e essa busca tem contribuído para uma considerável mudança nos dados sobre a participação das mulheres na produção intelectual no mundo e no Brasil. Para se ter uma ideia, o Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP), do CNPq, analisado por Lino e Mayorga (2016), revela que:

“[...] em 1995 a participação de mulheres cientistas alcançou 39% e, em 2004, passou para 47% em território nacional. Em 2010, o plano tabular do CNPq afirma que o número de cientistas do gênero feminino é praticamente o mesmo do gênero masculino, segundo dados do censo daquele ano. Dos 128,6 mil pesquisadores, entre discentes e docentes, cadastrados na base de dados do CNPq, a metade são mulheres. Realidade distinta do ano de 1995, quando para cada 100 pesquisadores apenas 39 eram do sexo feminino. No que se refere ao campo de concentração, as mulheres são maioria nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, enquanto nas Ciências Exatas a predominância é masculina [...]. Já a predominância masculina nas áreas de Engenharia Mecânica (86%), Engenharia Elétrica (87%), Engenharia Naval e Oceânica (87%), Engenharia Aeroespacial (78%), Física (80%) aponta para a maciça participação dos homens no setor de ciência e tecnologia.” (LINO; MAYORGA, 2016, p. 102)

Países como o Brasil, a Argentina, a Venezuela e o Uruguai, a representação das mulheres no campo das ciências sociais e humanas é similar ou ligeiramente superior a participação dos homens. Na química, biotecnologia e ciências da saúde são igualmente representadas, no entanto uma participação muito baixa nas ciências exatas, em particular na física, matemática, computação e nas engenharias (ESTÉBANEZ, 2003). Dentro desta realidade, fica nítido que o percurso feito pelas mulheres tem possibilitado a ascensão destas

no campo do saber, ainda que o seu espaço necessite de ampliação, sobretudo em algumas áreas específicas, ligadas a ciência e tecnologia.

Dessa forma, apesar das evidências demonstradas no texto, de um espaço científico calcado em pilares sexistas e androcêntrico, as mulheres tem conseguido se afirmar. Entretanto, essa estrutura não rompe apenas com o aumento da participação das mulheres no processo de construção do saber, nas pesquisas, enfim, dentro do universo acadêmico. Há que se buscar a legitimidade de uma ciência para todas e todos, sem exclusão. Há que se questionar todo o sistema que envolve as universidades, suas regras de pesquisa, seus códigos de conduta e suas normativas.

MULHERES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, UM TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO

“Eu não me vejo na palavra
fêmea: alvo de caça
conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar”
(Francisco, el hombre, 2016).

Desenvolvimento é um campo do conhecimento carregado de controvérsias. Quando se fala em desenvolvimento não se fala de algo único (THEIS, 2008). Quer dizer, não existe um consenso teórico, epistemológico e metodológico. Pode-se pensar o desenvolvimento a partir do Estado; o desenvolvimento pela ótica cultural; desenvolvimento sinônimo de crescimento econômico; os diversos aspectos ambientais em torno do desenvolvimento; as mulheres e o desenvolvimento; além de raça, etnia e classe social; alternativas ao desenvolvimento hegemônico; o desenvolvimento em uma relação Norte-Sul; globalização; agendas de desenvolvimento e políticas públicas, e assim por diante. No entanto, há pelo menos um ponto em comum: discutir desenvolvimento é, justamente, discutir premissas normativas.

Se partimos do pressuposto de Guerreiro Ramos de que o desenvolvimento não representa apenas progresso, mas também atraso, temos um bom ponto de partida. Não raro, o que se compreende por desenvolvimento é um processo de crescimento econômico, logo, de modernização de uma sociedade. Esta ideia, apesar de limitada, não está completamente errada. Se essa imagem é facilmente desenhada indica que em algum momento da história, alguém com influência e austeridade, projetou isso. Destaca-se o papel do presidente Truman, no pós-guerra, ao transformar os Estados Unidos em uma “máquina produtiva” e legitimar sua hegemonia mundial (ESTEVA, 2000). Esse contexto notabilizou um ideal de sociedade, um ideal de desenvolvimento, técnicas de extração dos recursos naturais e um exemplo de produção e consumo a ser seguido. Trata-se, pois, da hegemonia do capital financeiro. Nas palavras de Guerreiro Ramos (1970):

“No momento atual da história a dicotomia entre sociedades desenvolvidas e sociedades em desenvolvimento é teoricamente desnorteadora. Na realidade, a categoria cardinal das ciências sociais é o mundo, que hoje possui as características de um sistema. Sob a ótica desse sistema, todas as sociedades estão em desenvolvimento. Todas elas são, em diferentes graus, ao mesmo tempo atrasadas e modernas.” (RAMOS, 1970, p. 55)

Antes da década de 1990, o desenvolvimento era abordado por meio de três vieses: capitalismo avançado, socialismo de Estado e países em desenvolvimento. Atualmente, pode-se pensar outra tríade do desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil. No que se refere a sociedade civil, ainda existem incertezas quanto as suas dimensões, apesar disso, trata-se de uma categoria útil para refletir o desenvolvimento e uma possível atuação prática. É notório que o Estado e o mercado são dominantes no pensamento social do desenvolvimento; isso se justifica, na medida em que a epistemologia do desenvolvimento foi, em seu primórdio, articulada com as epistemologias da economia e da geografia. Na contemporaneidade, a complexidade do desenvolvimento se expressa na necessidade de ampliar o que se conhece para além do Estado e mercado, incorporando outras categorias. (WOLFE, 1991)

A incorporação da sociedade civil, sugerida por Wolfe, na discussão do desenvolvimento, não se refere apenas a sociedade ocidental e das cidades. A relevância excessiva ao mercado e ao Estado produziu pouca atenção à natureza; pouco-caso pela questão feminina e pela questão racial; esquecimento das populações tradicionais/indígenas e afrodescendentes. Por esse ângulo, pensar condições práticas e de transformação é pensar também através de narrativas não hegemônicas do centro do conhecimento. Abre-se, aqui, uma porta para pensar a atuação das mulheres no desenvolvimento regional.

Como o título dessa seção sugere, a discussão sobre mulheres e desenvolvimento regional é um território em construção. Um território de disputas; um território de poderes; um território de transformações; um território de alienações. Sugere-se, uma resumida discussão acerca do conceito de território, com vistas a pensar em uma estrutura ampla, por vezes dominante, que reflete no campo dos estudos sobre/das mulheres. Como um modo de produção capitalista produz e reproduz novas formas de apropriação territorial e dos recursos naturais, sociais e culturais? Quais as implicações da acumulação de riquezas no âmbito territorial e como esse território de disputas reflete nas mulheres? São perguntas que não são necessariamente “respondíveis”, no entanto, indissociáveis da conversa, por ora, pretendida.

Os instrumentos de poderes cedidos ao capitalismo para o controle territorial, propriamente dito, sustentam o lucro e a acumulação de riqueza. Para que essa sacralização do poder ocorra, o capitalismo destrói formas sociais e culturais não capitalistas. Ana Clara Torres Ribeiro (2005), argumenta que as condições gerais da produção capitalista conduzem à uma alienação do território. Nas palavras da autora “Trata-se de um extraordinário alargamento do tabuleiro da política, simultâneo à ampliação da arena da produção” (RIBEIRO, 2005, p. 265). Ademais, essa alienação territorial resulta de uma construção ideológica que “abstrai a co-presença e conduz à acomodação incondicional aos objetivos da ação hegemônica, a única considerada racional” (ibidem, p. 267). Dada essa hegemonia do

capital financeiro mundial, Maria Laura Silveira (2006), complementaria esse argumento com a preocupação de pensar o espaço da América Latina através da América. Uma epistemologia “capaz de contribuir no entendimento do nosso continente” (SILVEIRA, 2006, n.p.), repensando, portanto, referenciais dos países do Norte global.

O conceito de território apresenta limites que podem ser ampliados na noção de territorialidade. De antemão, ambos os conceitos são multidimensionais e intrínsecos à vida na natureza e sociedade (SAQUET, 2008). Desse modo, “Na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder” (SAQUET, 2008, p. 87). Nesse sentido, enquanto o território incorpora a dimensão material das relações sociais, a territorialidade está ligada ao campo simbólico, presente, também, na materialidade das ações sociais. Essa perspectiva traz “continuidades e discontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar” (SAQUET, 2008, p. 88).

Do mesmo modo que as autoras e autores anteriores, Bourdieu (2004) trata das relações de poder, através da ciência, como um campo de conflitos. Ele parte do pressuposto de que as produções da sociedade moderna estão divididas entre campos e agentes. Este último reproduz a estrutura a partir de um conjunto de regras e conflitos. Nesta estrutura, certos valores são adotados para a configuração e manutenção do campo. Ao escrever sobre a teoria, Bourdieu (2004) reconhece a presença de luta entre os agentes neste espaço. Esta luta simbólica se justifica na medida em que os agentes precisam conservar sua posição na estrutura. Esta disposição se distingue do conceito de classe, incorporando, então, o conceito de capital científico. A posição social do indivíduo pode ser legitimada, a partir do volume de capital já adquirido. (BOURDIEU, 2004)

O capital científico mantém a posição do sujeito dentro da estrutura. Ou seja, através das relações objetivas, os agentes têm consciência do que podem ou não dentro do campo. Bourdieu (2011) descreve a constante luta por autoridade científica, especialmente entre economistas, geógrafos e sociólogos. Nas palavras do autor, “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (BOURDIEU, 2011, p. 113). Assim sendo, está em jogo o poder de determinar uma visão ao mundo social. Essa autoridade, por sua vez, configura-se como um poder simbólico. A proposta dele é de desmistificar a ciência e desconstruir algumas relações, reconhecendo que a ciência não é isolada da sociedade, tampouco neutra, mas uma instituição de disputas sobre o modo de como representar a realidade.

A noção de ciência e a própria noção de território denotam semelhanças. Ambas são atravessadas pelo campo simbólico do poder. No campo científico existem posições ocupadas por seus agentes que são delineadas pela quantidade de capital científico apreendido. Se esse é um território de disputas e poderes, qual a posição das mulheres? Segundo Sayão (2003), partindo da teoria de Bourdieu sobre as relações entre corpo, sexo e poder masculino,

“Analisar a dominação masculina implica [...] consciência de nossa condição de pesquisadores ou pesquisadoras, pois somos influenciados por estruturas sociais e cognitivas que revelam uma tradição masculina de pensar o poder e o conhecimento, aspectos que são interiorizados na forma de esquemas inconscientes de percepção e apropriação das estruturas históricas da lei masculina.” (SAYÃO, 2003, p. 128)

A discussão do poder masculino e a ausência das mulheres na ciência estão ligadas com a construção historiográfica predominantemente masculina e com a ideia concebida de uma ciência neutra, objetiva e racional. A ciência sendo neutra, abre espaço para as relações de poder, logo de dominação de um gênero sobre o outro (LOPES; COSTA, 2005). Voltando a porta entreaberta no início dessa seção sobre as mulheres no processo de desenvolvimento, Silvia Federici (2016) enuncia que a acumulação primitiva excluiu as mulheres do trabalho, bem como da vida social, confinando-as ao trabalho reprodutivo. Ela argumenta que a divisão sexual do trabalho, criada no processo de acumulação capitalista – no momento em que a terra foi privatizada e as relações monetárias passaram a dominar a vida econômica –, sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo e doméstico (FEDERICI, 2016).

No tópico 1 do capítulo 24 *d’O Capital*, Marx reflete os processos cruciais para a criação dos trabalhadores cujas referências não se baseavam mais na servidão e sim na liberdade formal. Trata-se da história da criação das classes sociais: de um lado uma elite laboriosa acumuladora de riquezas e, por outro, vagabundos que tinham apenas seus corpos a venda. Esse processo se trata da acumulação primitiva que sucedeu pela dissolução de laços feudais através da expropriação da população agrícola. Além disso, o modo como o poder do dinheiro começou a ser exercido, também contribuiu para esse processo. Quando se fala do aniquilamento do feudalismo, se fala também de como a apropriação de terras exerceu um papel importante para a expropriação do campesinato. (MARX, 1985b; HARVEY, 2013)

Silvia Federici (2016), portanto, aborda esse aspecto da teoria marxiana pelo viés feminista. Analisa as mudanças que esse contexto introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho das mesmas. No momento em que houve a expropriação e cercamento de terras, o campesinato foi jogado na condição marginal de vagabundos (MARX, 1985b). O peso da vida nômade expôs as mulheres a violência masculina. Desse modo, era muito mais difícil as mulheres se tornarem “vagabundas”, do que os homens, devido à crescente misoginia. (FEDERICI, 2016).

Em 1580 a população começou a diminuir na Europa Ocidental, tendo seu ápice entre 1620 a 1630. A baixa taxa de natalidade, bem como a relutância dos pobres em se reproduzirem, levou ao Estado centralizar decisões sobre a reprodução e o crescimento populacional. Declarou-se aqui uma guerra às mulheres, disposta a dissipar o controle sobre seus corpos e sua reprodução. Foram reduzidas a um papel passivo no parto, ao mesmo tempo que os médicos homens passaram a ser considerados os reais geradores da vida. Desse modo, os “úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (FEDERICI, 2016, p. 178). Perdendo o controle sobre seus corpos, as mulheres tiveram seu trabalho desvalorizado, uma vez que sua função se restringia ao espaço privado do lar. Vale salientar

que a partir disso o casamento e a família representaram a verdadeira carreira para uma mulher, reforçando a incapacidade da mulher em sobreviver sozinha (FEDERICI, 2016).

A concepção sobre as questões de gênero remete, sobretudo, aos estudos de feministas estadunidenses que buscavam desconstruir o caráter natural e biológico atrelado ao cultural e social. Discutir gênero é discutir cultura, por se encaixar na dimensão das relações sociais, simbólicas e de poder. Contrapondo a noção determinista, Mead (1976) estuda, vive e relata três sociedades primitivas da Nova Guiné: os *arapesh*, os *mundugumor* e os *tchambuli*. (MEAD, 1976). Pode-se pensar na arbitrariedade da cultura pelo fato dela não seguir regras específicas e universais. No que se refere ao gênero, Mead (1976) contribui no sentido de pensar os papéis sociais – ser homem e ser mulher – enquanto determinação cultural não-natural. Como observa nas tribos da Nova Guiné, essas representações sociais são variáveis. A autora foi pioneira em demonstrar isso e quebrou com a visão da superioridade masculina, bem como, da sobrevalorização do natural.

O intuito dessa seção foi de traçar minimamente relações entre gênero e desenvolvimento regional. Essa discussão é atravessada por temas como: território, ciência, classe social, capitalismo, cultura, entre outros. O que une isso tudo são as relações de poder presentes nesses elementos. Ao pensar nas premissas normativas ligadas ao processo de desenvolvimento de uma sociedade, é imprescindível destacar o papel das mulheres e sua longa e exaustiva participação para a conquista de direitos, igualdade etc. Se hoje é possível fazer esse diálogo no campo do desenvolvimento regional é porque os movimentos feministas abriram possibilidades para isso. É o que pretendemos com esse trabalho: perceber as lacunas desveladas por mulheres no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional e, com isso, sugerir uma agenda de pesquisa que contemple questões à margem do desenvolvimento.

AS MULHERES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

“Ó abre alas
Que eu quero passar
abre alas
Que eu quero passar”
(Chiquinha Gonzaga, 1899).

Inerentes as constatações elencadas na primeira e segunda seções desse artigo, ao discorrer sobre a inserção das mulheres no campo da ciência e mais especificamente como estas tem construído um território no campo do desenvolvimento regional, uma questão se sobressai no presente estudo: uma vez que as mulheres estão mais presentes e interagindo no processo de construção do saber, alicerçando diálogos em torno das questões femininas, onde essas mulheres estão e como mensurar a sua representatividade na referida área? Existem pesquisas nessa área que contemple questões sobre as mulheres?

Tendo em vista que a pesquisa em questão tem implicações de natureza teórica, prática e empírica, considerou-se utilizar dados quantitativos, sem excluir a caráter qualitativo do estudo, haja vista que o problema da pesquisa exige abordagens teóricas e metodológicas que incorporem as informações quantificáveis e as interpretações desses dados, com o objetivo de melhor compreender o fenômeno em questão. É relevante esclarecer que a diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa é de natureza. Para Minayo (2001), enquanto cientistas sociais que trabalham com “estatística apreendem dos fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas” (MINAYO, 2001, p. 22). Nesse sentido, esse estudo, conforme já mencionamos, tem caráter tanto quantitativo como qualitativo, pois depreende-se que o conjunto desses dados “não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 2001, p. 22).

Nessa perspectiva, com a finalidade de pensar o objetivo geral desta pesquisa, utilizou-se como base de dados a Plataforma Sucupira. Trata-se de uma “importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação” (CAPES, 2014). O recorte se refere aos cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado avaliados e reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC. Nesse sentido, selecionou-se os Programas de Pós-Graduação vinculados à área de avaliação de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (PPGPUR), localizados na área do conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas. Nesse primeiro levantamento foram identificados o total de 46 Programas de Pós-Graduação, sendo 42 da subárea de Planejamento Urbano e Regional e quatro da subárea de Demografia.

Pensando no levantamento de conteúdos mais específicos da área de Desenvolvimento Regional e na quantificação dos dados, realizou-se um primeiro recorte, excluindo, assim, a área de Demografia. Dentro dos 42 programas da subárea de Planejamento Urbano e Regional, 19 são oferecidos na modalidade de mestrado acadêmico, dois exclusivamente na modalidade de doutorado, oito de mestrado profissional e 13 oferecem mestrado acadêmico e doutorado. Ressalta-se que estes programas estão localizados em 16 estados brasileiros, distribuídos pelas regiões Sul (total de dezesseis), Sudeste (total de onze), Centro-Oeste (total de três), Nordeste (total de oito) e Norte (total de cinco).

A partir disso, realizou-se outro recorte, eliminando os cursos oferecidos na modalidade de mestrado profissional (total de oito). Essa escolha se justifica, na medida em que esta modalidade é voltada mais às especificidades do mercado profissional, muitas vezes demandas práticas à área de atuação (CAPES, 2014). Portanto, o mestrado acadêmico e o doutorado estão mais engajados com os objetivos desta pesquisa, que consiste na análise da produção científica. Através dessa nova disposição, sobrelevaram 34 programas.

Dentro desses programas foram excluídos dois programas de mestrado e quatro de doutorado, por não apresentarem trabalhos defendidos entre os anos de 2014 a 2018. São eles: Demandas Populares e Desenvolvimento Regional da UFT (motivo: curso iniciou em 2017); Desenvolvimento Regional, Ambiente e Política Públicas da UFF (motivo: curso iniciado em 2016). Ambos de mestrado. Além desses, quatro programas de doutorado:

Desenvolvimento Regional da UFT (motivo: iniciou em 2016); Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ (motivo: iniciou em 2016); Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental da UDESC (motivo: iniciou em 2016) e Planejamento Urbano e Regional da UNIVAP (motivo: iniciou em 2014). Todos esses programas encontram-se em processo de defesa, por esta razão não fizeram parte do levantamento de dados. Assim, foram analisados um total 19 programas na modalidade mestrado acadêmico, um programa de doutorado e 11 programas que oferecem ambos (conforme Tabela 1).

Tabela 1 - Programas de Pós-Graduação na Área de Desenvolvimento Urbano e Regional, Instituição de Ensino Superior, Nível e Conceito

NOME DO PROGRAMA	SIGLA DA IES	UF	NÍVEL	CONCEITO
Desenvolvimento Regional	FACCAT-RS	RS	ME	3
Desenvolvimento e Planejamento Territorial	PUC-GOÍÁS	GO	ME	3
Gestão Urbana	PUC-PR	PR	ME e DO	5 e 5
Planejamento Regional E Gestão Da Cidade	UCAM	RJ	DO	4
Planejamento Territorial E Desenvolvimento Social	UCSAL	BA	ME e DO	3 e 3
Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano	UNAMA	PA	ME	4
Desenvolvimento Regional	UNISC	RS	ME e DO	5 e 5
Planejamento e Desenvolvimento Regional	UNITAU	SP	ME	4
Desenvolvimento Regional	UNC	SC	ME	4
Planejamento E Dinâmicas Territoriais no Semiárido	UERN	RN	ME	3
Planejamento Urbano e Regional	UNIVAP	SP	ME e DO	3 e 3
Desenvolvimento Regional	UEPB	PB	ME	3
Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos	UEMS	MS	ME	3
Desenvolvimento Socioespacial e Regional	UEMA	MA	ME	3
Desenvolvimento Regional e Agronegócio	UNIOESTE	PR	ME e DO	5 e 5
Políticas Públicas e Desenvolvimento	UNILA	PR	ME	3
Sociedade, Ambiente e Território	UFMG	MG	ME	3
Desenvolvimento Urbano	UFPE	PE	ME e DO	5 e 5
Planejamento E Gestão do Território	UFABC	SP	ME e DO	4 e 4
Desenvolvimento Regional	UNIFAP	AP	ME	3
Planejamento Urbano	UFPR	PR	ME	3
Planejamento Urbano e Regional	UFRJ	RJ	ME e DO	6 e 6
Estudos Urbanos e Regionais	UFRN	RN	ME	4
Planejamento Urbano e Regional	UFRGS	RS	ME e DO	6 e 6
Desenvolvimento Regional	UFT	TO	ME	4
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	UFRRJ	RJ	ME	3
Cidades Inteligentes e Sustentáveis	UNINOVE	SP	ME	3
Desenvolvimento Regional	FURB	SC	ME e DO	5 e 5
Desenvolvimento Regional	UNIJUÍ	RS	ME	4
Desenvolvimento Regional e Urbano	UNIFACS	BA	ME e DO	4 e 4
Desenvolvimento Regional	UTFPR	PR	ME	4

Fonte: Elaboração própria (2018).

Dado esse recorte, vale ressaltar que esta pesquisa propõe a investigação da produção acadêmica, entre mulheres e homens, através de teses e dissertações. Estas, por sua vez, produzidas junto aos PPGPUR do Brasil. A delimitação temporal é de cinco anos: de 2014 a 2018. Procurou-se analisar o quantitativo de trabalhos defendidos por mulheres e homens, com interesse de verificar o espaço das mulheres, enquanto produtoras do conhecimento. Foram investigados o total de 1327 dissertações e 227 teses (conforme Tabela 2).

Tabela 2- Número de dissertações e teses produzidas nos PPGPUR, entre os anos de 2014 e 2018

ANO	DISSERTAÇÕES	TESES
2014	287	45
2015	289	58
2016	314	37
2017	299	58
2018	138	29
TOTAL	1327	227

Fonte: Elaboração própria (2018).

Ademais, intentou-se, através desses dados, mensurar os trabalhos produzidos com a temática mulheres. Em outras palavras, trabalhos produzidos por mulheres sobre mulheres; bem como, trabalhos produzidos por homens sobre mulheres. O acesso às dissertações e teses sobreveio de dados disponibilizados nos sítios oficiais de cada programa enquadrado no recorte de pesquisa.

Nesta perspectiva, verificou-se que a área do desenvolvimento regional reflete um movimento de ampliação da presença feminina, em consonância com o aumento de mulheres mestres e doutoras formadas por ano no Brasil, nos cursos de pós-graduação (CNPq, 2016). Entretanto, ressalta-se que uma ciência mais equitativa não se resume à presença de mais mulheres (NUCCI, 2018). A Tabela 3 apresenta um tênue aumento de mulheres em relação aos homens nos programas analisados³. No ano de 2014 a presença masculina na produção de teses se sobressaiu a presença feminina. Esclarece-se que os dados demonstrados de 2018 dizem respeito apenas aos dados disponibilizados *online* nos sítios dos programas. Haja vista que as defesas podem ainda estar em andamento, ou não disponibilizadas para acesso, possivelmente não representando o número total de defesas que ocorreram no ano vigente.

³ Utilizamos a categoria binária homem-mulher porque os dados foram disponibilizados nesse sistema de gênero e para uma melhor divisão no tratamento dos dados; porém, consideramos o debate realizado no início do artigo, ao desconstruir esse aprisionamento conceitual.

Tabela 3 - Número de dissertações e teses produzidas por mulheres e homens por ano nos PPGPUR

ANO	DISSERTAÇÕES		TESSES	
	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM
2014	165	120	18	27
2015	167	111	32	25
2016	170	135	22	15
2017	170	122	30	24
2018	71	61	18	11

Fonte: Elaboração própria (2018).

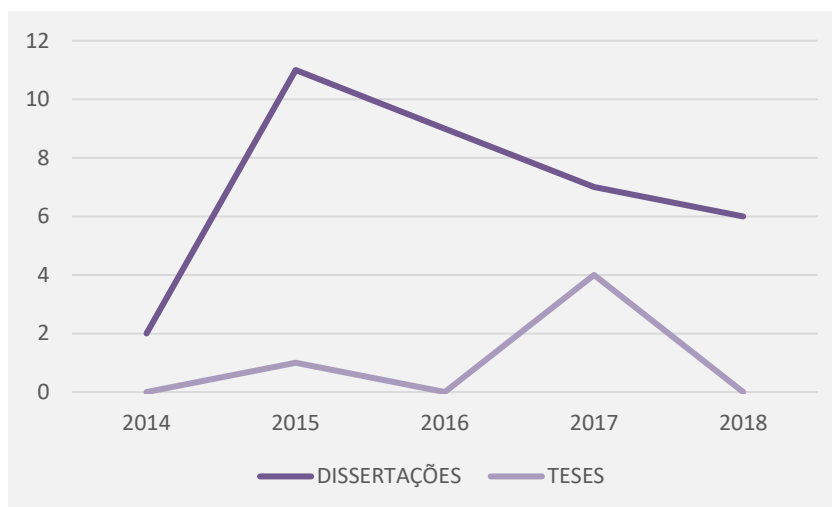
É possível postular, a partir da análise da Tabela 3, que de 2014 a 2018 as mulheres representaram respectivamente 55,45%, 59,4%, 56,14%, 57,8%, 55,3%, somando teses e dissertações. Esses dados confirmam, como mencionado anteriormente, que as mulheres vêm ocupando um espaço representativo nas discussões e questões na área de planejamento urbano e regional.

Conforme abordado na parte teórica, partimos do pressuposto de que a mulher foi e é marginalizada na ciência e na história ao longo de vários séculos. Na contemporaneidade o papel da mulher na sociedade é transformado, seguindo um longo processo de lutas por direitos. A mulher sai de sua condição subjugada para ocupar novos espaços, ressignificando sua existência e se tornando sujeito na produção intelectual. Essas mulheres propiciam novos olhares para os debates sobre o desenvolvimento regional, rompendo com o discurso apenas econômico⁴ que permeia essa área.

Ao investigar os trabalhos observa-se que de um total de 1554 estudos, 40 trabalhos dialogam com questões sobre a mulher, representando um percentual de 2,57%. Demonstrando dois pontos importantes a serem percebidos no escopo desse trabalho: o primeiro diz respeito ao ínfimo número de estudos sobre mulheres; o segundo, apesar desse número pouco significativo, paradoxalmente houve uma ampliação dessas abordagens temáticas. Conforme gráfico 1, observamos que o ápice de dissertações ocorreu em 2015 com o total de 11 trabalhos e teses o ápice ocorreu em 2017 com o total de 4 trabalhos.

⁴ Sugerimos, aqui, o artigo do Renato Ortiz (2008), no qual incorpora o campo da cultura para se pensar o desenvolvimento, refletindo, portanto, o caráter econômico e racional desse campo do conhecimento.

Gráfico 1- Evolução do número de teses e dissertações produzidos sobre mulheres por ano



Fonte: Elaboração própria (2018).

Assim sendo, essa informação revela um alinhamento das pesquisas desenvolvidas nos cursos do desenvolvimento regional com os movimentos feministas das últimas décadas do século XX. Esses movimentos possibilitaram uma reflexão crítica que pensa o desenvolvimento, associado às discussões tradicionais desta área do conhecimento com temáticas que envolvem assuntos que sempre estiveram à margem⁵: desigualdade, gênero, racismo, violência etc.

Ao analisar os trabalhos (dissertações e teses) produzidos sobre a temática da mulher nos PPGPUR, a partir dos resumos e palavras-chave, os classificamos nas seguintes abordagens: trabalho, trabalho rural, direito à cidade, emancipação/empoderamento⁶, políticas públicas, saúde da mulher, povos e comunidades tradicionais e desigualdades de gênero (organizados no infográfico 1). Constatou-se que destas, as mais recorrentes envolveram assuntos relacionados a políticas públicas e emancipação/empoderamento das mulheres. O que pode indicar uma preocupação com a inserção do papel da mulher na sociedade, através de práticas ativas no processo de construção desta, espaço que lhe foi negado ao longo da história.

⁵ Através desse conceito, sugerimos temas e ideias à margem do discurso dominante do centro. Essa ideia foi cunhada metodologicamente por Florestan Fernandes em *Sociologia numa Era de Revolução Social*, admitindo a importância de pensar a sociedade (se referia ao Brasil), a partir da periferia. Desse modo, seria possível perceber de forma mais palpável suas estruturas. (TRINDADE; MEUCCI; COSTA, 2017)

⁶ Consideramos aqui a discussão de Paulo Freire sobre o conceito de empoderamento (*empowerment*) e seu sentido controverso. Em primeiro momento o conceito remete a uma noção de autoemancipação, adquirida por meio de um ato psicológico, onde o indivíduo recebe poder de outro. Para Freire, a libertação implica em um ato social e político atrelado a classe social. A autoemancipação não é capaz de transformar a sociedade, gerando apenas uma falsa sensação de liberdade. Contudo, ele não descarta o papel dessa conscientização do indivíduo, considerando um ponto importante para o processo de transformação. (SHOR; FREIRE, 1984; GUARESCHI, 2008).

Infográfico 1 - Abordagens temáticas sobre a mulheres nas pesquisas desenvolvidas nos PPGPUR



Fonte: Elaboração própria (2018).

É relevante perceber que as pesquisas que discutem as mulheres nesses programas são desenvolvidas e orientadas tanto por mulheres quanto por homens. Segundo a Tabela 4, no período analisado, do total de trabalhos, entre teses e dissertação, foram 35 trabalhos desenvolvidos por mulheres sobre mulheres e 5 produzidos por homens sobre mulheres. Destes, 26 estudos orientados por mulheres e 14 estudos orientados por homens. Isso significa que a agenda de discussões nessa área não está sob domínio apenas das mulheres, demonstrando uma preocupação dos homens com tais temáticas. Nesse sentido, concordamos com Marlise Matos (2008)

“[...] precisamos, cada vez mais e sempre, de homens feministas, homens que sejam capazes de se deslocar e de desconstruir posições tradicionais atinentes ao gênero masculino e às ciências construídas sobre bases “neutras” e “ocidentais” para nos ajudar a reinventar vínculos mais simétricos, emancipatórios e democráticos num campo de interação permanente de gênero e no campo de uma ciência renovada na multiculturalidade emancipatória”. (MATOS, 2008, p. 354)

Em face disso, percebemos que os estudos são predominantemente desenvolvidos pelas mulheres, bem como o número de orientadoras. Nesse sentido, acredita-se que os estudos de gênero têm a possibilidade de transformar os paradigmas disciplinares, acrescentando novos temas e sujeitos, trazendo um reexame crítico ao pensamento existente (SCOTT, 1995). Assim, as pautas femininas contempladas nas pesquisas dos Programas de Pós-

Graduação na área de Desenvolvimento Urbano e Regional propiciam uma ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento.

Tabela 4 - Número de dissertações e teses produzidas, por ano, sobre a mulher

ANO	DISSERTAÇÕES		TESES	
	MULHER SOBRE MULHER	HOMEM SOBRE MULHER	MULHER SOBRE MULHER	HOMEM SOBRE MULHER
2014	2	0	0	0
2015	11	0	1	0
2016	9	0	0	0
2017	4	3	4	0
2018	4	2	0	0

Fonte: Elaboração própria (2018).

Especialmente, os programas selecionados na investigação do presente trabalho e que abordam os temas relacionados a mulheres, estão distribuídos em todas as regiões do país, com exceção da região Centro-Oeste, que apesar de possuírem dois programas, não existe nenhum trabalho que discute tais temáticas. Majoritariamente o maior número de trabalhos que trazem essas abordagens são: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS (Tabela 5).

Tabela 5 - Principais Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional que desenvolvem estudos sobre a mulher

POSIÇÃO	PROGRAMA	Nº DE PUBLICAÇÕES
1º	Desenvolvimento Regional/ UFT	6
2º	Desenvolvimento Regional/ UNISC	5
3º	Desenvolvimento Regional e Urbano/ UNIFACS	4

Fonte: Elaboração própria (2018).

Na área do desenvolvimento regional, foi possível, perceber, a partir dos dados, que a mulher tem crescido em número nos Programas de Pós-Graduação. Também foi possível perceber a inserção de uma nova agenda, com discussões sobre a mulher. Este é um dado importante, na medida em que o desenvolvimento regional, até então, privilegiava questões com abordagens em escala macro e de base econômica. Nesse sentido, aos novos paradigmas incorporados no desenvolvimento regional na contemporaneidade, relacionados a

preocupações com a democratização, a cidadania, a proteção ao meio ambiente, equidade social etc. alinha-se as discussões sobre as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando os primeiros cursos de planejamento surgiram na América Latina em meados de 1950, o planejamento era concebido para a mudança e denotava grande relevância a questão do desenvolvimento. Ressalta-se o papel (e crença) do Estado na superação das desigualdades através de projetos de desenvolvimento; um Estado investidor, regulador e protetor do mercado interno. O planejamento, portanto, é visto como uma técnica de aplicação de políticas. Mais atualmente, a área do planejamento volta-se à preocupação com o planejamento a longo prazo, novos temas são propostos e a questão regional é revisitada. O enfrentamento teórico e político dessa questão requer avançar nas análises territoriais com pesquisas que busquem identificar a lógica de funcionamento dos vários circuitos de valorização do capital. Cabe entender as potencialidades das discussões pautadas nas diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais. Além disso, refletir qual o novo perfil profissional dessa área? Quais os conteúdos necessários? Portanto, como pensar um futuro socialmente mais justo e territorialmente menos desigual, através do planejamento urbano e regional? (PIQUET; RIBEIRO, 2008).

Conforme visto, a busca da mulher por seu espaço e seu reconhecimento como sujeito, ganhou maior dimensão nas últimas décadas do século XX. É notório que os resultados dessas lutas resultam em um maior número de mulheres nas universidades e um crescimento da participação destas como pesquisadoras e como agentes do conhecimento. Debater a participação das mulheres nas universidades e na pesquisa esclarece que há uma maior visibilidade destas no campo do saber, mas sobretudo demonstra que as ciências estiveram hegemonicamente domínio masculino. Questionar uma cultura sexista e androcêntrica, bem como discutir os caminhos a serem seguidos nas academias e nas agendas de pesquisa, é fundamental em todas as áreas da ciência.

Nesses termos, os resultados desta pesquisa cumprem com seu objetivo principal, a de confirmar a presença feminina na ciência, sobretudo na área do desenvolvimento regional, além de tornar visível a construção de novas agendas de pesquisas que dialogam com questões próprias das mulheres. É notório que houve um aumento da participação destas, tanto desenvolvendo pesquisas, como inserindo contextos e análises contemporâneos para o planejamento urbano e regional, incorporando temas como: trabalho, trabalho rural, direito à cidade, emancipação/empoderamento, políticas públicas, saúde da mulher, povos e comunidades tradicionais, desigualdades de gênero. Considera-se um avanço, tanto para área do desenvolvimento urbano e regional, como para afirmação da mulher enquanto produtora do saber, haja vista que esta pode contribuir significativamente para o conhecimento científico, com novos olhares e novos saberes.

Desse modo, ao longo do artigo, percebemos que surge, no âmbito das academias e das pesquisas uma transformação, um devir feminino, informação visível na área de

planejamento urbano e regional. No entanto, cabe ressaltar que ainda existe um longo caminho a percorrer, há que se buscar a legitimidade de uma ciência para todas e todos, sem exclusão. Há que se questionar todo o sistema que envolve as universidades, suas regras de pesquisa, seus códigos de conduta, suas normativas, entre outros.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação – Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plataforma Sucupira*. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. *Mestrado Profissional: o que é?*. 2014. Disponível em: <<http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CHASSOT, Attico. *A Ciência é masculina? É sim, senhora!* 2. ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Painel Lattes: Evolução da Formação de Mestres e Doutores no Brasil. 2016. Disponível em: <<http://estatico.cnpq.br/painelLattes/evolucaoformacao/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ESTÉBANEZ, María Elina. *As mulheres na Ciência regional: diagnóstico e estratégias para a igualdade*. Traduzido por: Sabine Righetti. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/10.shtml#5>>. Acesso em: 10 set. 2018.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FIRMINO, Flávio Henrique; PORCHAT, Patrícia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. *Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.*, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./ jun. 2017.

FOCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

- GUARESCHI, Pedrinho. Empoderamento. In: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (orgs). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- HARVEY, David. O segredo da acumulação primitiva. In: HARVEY, David. *Para entender O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 13-34, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- LINO, Tayane Rogéria; MAYORGA, Cláudia. As mulheres como sujeitos da Ciência: uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. *Saúde & Transformação Social*. Florianópolis, v.7, n.3, p.96-107, 2016.
- LOPES, Maria Margaret; COSTA, Maria Conceição da. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. *Gênero nas Fronteiras do Sul*, Campinas, p. 75-83, 2005.
- MARX, Karl. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* (vol. 1, tomo 2). Trad. R. Barbosa; F. R. Kothe. 2a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1976.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NUCCI, Marina Fisher. Crítica feminista à ciência: das “feministas biólogas” ao caso das “neurofeministas”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41089/36296>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- ORTIZ, Renato. Cultura e Desenvolvimento. *Políticas Culturais em Revista*, v. 1, n. 1 p. 122-128, 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3194>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

- PIQUET, Rosélia Perissé da Silva; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, idéias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 49, maio 2008. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/191>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- RAMOS, Alberto G. A Modernização em Nova Perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. In: HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco (org.). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Outros territórios, outros mapas*. In: OSAL - Observatorio Social de América Latina. Ano 6 n. 16 (jun. 2005-) Buenos Aires: CLACSP, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16TRibeiro.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 01, p.121-149, jan/jun 2003.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. O que é “método dialógico” de ensino? O que é uma “pedagogia situada” e empowerment? In: SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. *Medo e ousadia – o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- SILVEIRA, María Laura. Por uma teoria do espaço latino-americano. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; SILVEIRA, María Laura, ARROYO, Mônica (org.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires, Ed. CLACSO, 2006.
- TEDESCHI, Losandro Antônio. *As mulheres e a história: uma introdução teórica metodológica*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.
- THEIS, Ivo M. *Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.
- TRINDADE, Alexandro Dantas; MEUCCI, Simone; COSTA, Hilton. Apresentação. In: _____. (Org.). *À margem do(s) cânone(s) II: pensamento social e interpretações do Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 7-26.

WOLFE, Alan. *Três Caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil*. Coleção Democracia: A Democracia como Proposta. Rio de Janeiro, IBASE, 1991.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.